

# 1

## Apresentação

Que existem representações sociais e que estas influenciam a educação e a ação ambiental é algo que já foi anunciado, embora ainda insuficientemente estudado. O papel delas, no entanto, permanece desconhecido. Reigota (1992) foi dos primeiros a dizer que a representação de ambiente seguramente influenciaria a prática dos atores sociais. Saber como isso acontece e de que forma se constituem essas representações, porém, é campo pouco explorado.

Muito se tem pesquisado a prática de professores para apontar-lhes os erros e agora, mais recentemente, para buscar inovações pedagógicas e para embasar a formação dos novos professores.

O cenário sobre o qual nos debruçamos, porém – ou seja, a questão ambiental – é área de atuação de múltiplos profissionais. Se as representações de fato orientam o comportamento, julgamos ser bastante relevante entender como estão pensando e agindo as lideranças e expoentes da causa ambiental em razão destas representações. Em nossa aspiração original ONGs, professores, universidades, chefes de unidades de conservação, mídia, governos, empresários seriam estudados. Nos dois anos que tivemos para fazer a pesquisa, todavia, apenas dois destes personagens cabiam; os de maior penetrabilidade na sociedade atual: professores e jornalistas.

A perspectiva de nosso estudo considera que a história

“do curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças. Uma história política que se pauta pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda: o aumento da estatura dos humanos, ligado às revoluções da alimentação e da medicina; a mudança das relações com o espaço, decorrente da revolução dos transportes; a subversão dos conhecimentos, provocada pelo aparecimento dos novos meios de comunicação de massa (...) não dependem das mudanças políticas, dos acontecimentos que ainda hoje ocupam as manchetes dos jornais.” (Le Goff, 1993: p.45)

Assim sendo, começamos esta jornada buscando um olhar panorâmico. Frequentemente escutamos que a questão ambiental é algo que passou a ter expressão desde meados da década de 60, do último século. A filosofia e a história ambiental anunciam a inconsistência desta crença. O ambiente é preocupação humana das mais antigas, dado que diz respeito à própria vida e a nossa forma de nos relacionarmos com ela. O mergulho histórico nos mostrou as diferentes

maneiras de estabelecer relações com o ambiente e provou que nossa mirada de uma existência é insuficiente para entender a complexidade do planeta. A história ambiental pode ser recomendada como antídoto e vacina contra o antropocentrismo. Cada vez mais fomos percebendo a importância da *percepção* nestes diferentes modos de relacionar-se. Compreender isso, levou-nos a buscar entender como se dá a percepção. Grande é a influência biológica sobre esse processo, mas também a do contexto cultural. Procuramos trazer algo das leituras que geraram essa descoberta a fim de compartilhar com o leitor.

Uma curiosidade foi levando a outra. Faz alguns anos que tenho profundo interesse pelos processos de aprendizagem, no sentido mais amplo que se possa dar a essa idéia. Atuando como educadora ambiental há dez anos, ficava especialmente instigada com as diferenças de entendimento de mundo, com a diversidade de comportamentos humanos e internamente com uma questão sempre presente: como as pessoas aprendem? Aprender, em minha pergunta, significava, especialmente, saber o que faz com que elas, num dado momento, *entendam* algo e esse entendimento se concretize em ações. E no que tange à questão ambiental? Por que havia pessoas sensíveis e outras não? Por que nem sempre essa sensibilidade se traduzia numa ação coerente com o discurso? Por que sendo uma questão do dia-a-dia era tão invisível para tantas pessoas? E ainda: por que a televisão tendia a insistir numa abordagem idealizada de natureza? Essas indagações me vieram nos tempos de graduação, tornando-se mais fortes quando participei durante cerca de dois anos de um projeto de extensão no Vale do Ribeira, extremo sul do estado de São Paulo. Foi ali, no cotidiano com agricultores e ribeirinhos, entre eles alguns quilombolas, que muitas vezes dividimos a preocupação pelas barragens das águas daquele rio, onipresente em suas vidas – fonte de alimento, transporte, lazer, higiene etc. Foi ali que muitas novas dimensões de entendimento da questão ambiental se descortinaram para mim. Foi ali que de fato comecei a entender a relação entre política, economia, cultura e ecologia. A saúde e a qualidade da água eram o mote que nos tinha levado a começar o projeto – uma equipe de alunos de todos os sete cursos da universidade e um químico, o professor coordenador, cuja experiência em projetos desse tipo era tão grande quanto a nossa. Uma equipe de pioneiros. Da saúde, em sentido estrito, passamos a ambicionar a saúde *lato sensu*. A saúde do ambiente todo – as cavernas e estuários ameaçados, as comunidades ribeirinhas, o último

remanescente contínuo de mata atlântica do estado, o solo erodido, a ameaça das barragens anunciando uma série de problemas sociais na região... E os jornais? Quase nenhuma palavra. Discussão, então, nem pensar.

Depois, já trabalhando no Rio, sempre em ONGs, em contato com tantas iniciativas interessantes, construtivas e bem sucedidas – projetos de recuperação ecossistêmica e de educação ambiental (EA); pesquisas originalíssimas em ecologia, ou sobre novas tecnologias, ou ainda sobre a interface política e econômica da questão ambiental – me inquietava com as queixas de parentes e amigos, “o mundo só está piorando”, “nada de bom vem acontecendo”. Perguntava-me por que os jornais só noticiavam os desastres ambientais e nada das iniciativas e descobertas que dia após dia se espalham silenciosamente sobre o solo brasileiro. Sim, os interesses... Mas só isso? Essa explicação era muito genérica e eu sou amiga dos detalhes.

Para mim, porém, a mais inquietante de todas as dúvidas era: como as pessoas poderiam se sentir pertencentes à natureza/ambiente (neste trabalho entendidos como sinônimos)? Sentia que sem investir nisso qualquer processo de educação ambiental estaria fadado ao insucesso.

A pergunta era um tanto vaga, mas persistente. A oportunidade de aprofundar os estudos, com o mestrado, foi inspiradora. Entender as representações<sup>1</sup> – quais eram e como atuavam sobre as escolhas individuais e coletivas – era a chance de pensar em dois aspectos: o da aprendizagem e o da interface das relações produzidas pelas sociedades humanas com a questão ecológica.

Importa esclarecer de que educação ambiental estamos falando. O tempo nos mostrou que as pessoas comumente confundiam a educação ambiental com o fornecimento de *informações* a respeito dos ecossistemas ou *instruções normativas* sobre o uso otimizado dos chamados recursos naturais, ou ainda acerca de como deveria ser seu comportamento para a sobrevivência da espécie humana, responsabilizada, como ente abstrato e descontextualizado, pela degradação ambiental. Além da confusão com a informação ambiental e com a instrução normativa em ambiente, há outro ponto também tomado por EA: a sensibilização ambiental, proposta geralmente através de vivências em trilhas,

---

<sup>1</sup> No sentido filosófico, significando: “conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória e pelo pensamento.” (Ferreira, 1975: p.1231)

bosques, cachoeiras. Evidentemente, a informação e a sensibilização constituem parte importante da EA, mas esta não pode se restringir a isso.

Fugindo às concepções leigas, estamos tratando aqui da educação ambiental histórica e coletivamente constituída, cujos marcos foram oficializados na Conferência de Tbilisi, em meados dos 70. Consideramos esse momento do parto tão significativo, que suas marcas continuam influentes e atuais. De modo que utilizaremos esta referência para fundamentar a apresentação da EA. Ainda que muitos outros documentos tenham se originado desde então, todos partiram de Tbilisi, procurando complementar e desenvolver os alicerces lançados na ocasião.

Segundo esta Conferência, convocada e organizada pela ONU, a EA constitui “elemento esencial de una educación global y permanente, orientada hacia la resolución de los problemas y que prepara para una participación activa”, devendo contribuir para fortalecer os sistemas de educação no sentido de maior idoneidade, realismo e interpenetração com o meio natural e social, “con miras a facilitar el bienestar de las comunidades humanas.” (UNESCO, 1980)

A Declaração de Tbilisi reconhece a profunda interdependência entre os meios natural e social, e entre as comunidades nacionais, reafirmando a necessária solidariedade entre todo o gênero humano.

Educação ambiental é uma expressão cunhada sob os esforços coletivos de vários países, fruto de longas discussões, que se orienta pela seguinte compreensão de ambiente: “totalidade que contempla os aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético)”. (Dias, 1992, p. 3)

A definição sucinta de Genebaldo Dias (1992) para a EA, a partir da reunião da UNESCO em Tbilisi, mostra que ela não é tema ou conteúdo da educação, tampouco adjetivação de um tipo de educação e menos ainda assunto de certas disciplinas, mas antes a abordagem contemporânea a ser dada à educação como um todo, formal (da infantil à pós-graduação) e não formal. Deste modo, a EA é:

“... uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares, e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.” (idem, p.31).

As diretrizes orientadoras da EA foram estabelecidas em função de que o ser humano compreenda a natureza complexa do meio ambiente como resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais. A seguir, intercalaremos estas diretrizes com alguns comentários.

- Facilitar aos indivíduos e coletividades os meios de interpretar a interdependência desses diversos elementos no espaço e no tempo, a fim de promover uma utilização mais reflexiva e prudente dos recursos do universo para a satisfação das necessidades da humanidade.

Facilitar os meios de interpretar significa não apenas dar acesso à informação, pois a interpretação é um processo cognitivo que envolve toda a complexidade humana. Isso quer dizer que é preciso atuar sobre aspectos mentais, afetivos e corporais que contribuam para a aprendizagem. E, com isso, retornamos à nossa pergunta sobre *como* as pessoas aprendem. Uma coisa é certa: difícil será a tarefa de facilitar os meios sem saber quais são eles e como funcionam. Veremos adiante que a *experiência* é um dos meios mais preciosos.

- Contribuir para que se perceba claramente a importância do meio ambiente nas atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Perceber é um ato cognitivo também. De acordo com o Aurélio eletrônico, é compreender, abranger com a inteligência, apreender por meio dos sentidos. Aqui, temos uma pista a mais. Além de lidar com a compreensão, as estratégias desenvolvidas para facilitar a percepção devem levar em conta os sentidos. Provavelmente por isso as vivências e dinâmicas de grupo sejam sensibilizadoras.

- Favorecer em todos os níveis uma participação responsável e eficaz da população na concepção e aplicação das decisões que põem em jogo a qualidade do meio natural, social e cultural.

Este ponto já trata do nível coletivo. Há dois aspectos importantes: um, de natureza individual, querer participar (o que pressupõe entender a razão disso a ponto de motivar-se) e conceber decisões relativas à qualidade ambiental (para tanto, é necessário ter e saber usar informações específicas); e outro, de natureza social, diz respeito às estruturas de poder, pois população concebendo e aplicando *decisões* a respeito de seu ambiente é poder compartilhado. Neste ponto, entra em jogo uma série de aspectos intrapsíquicos e da psicologia social, interesses

econômicos e políticos – que não nos cabe analisar nesta pesquisa, mas que precisam ser considerados e compreendidos se a intenção for efetivamente tornar realidade esta diretriz.

- Difundir informações acerca das modalidades de desenvolvimento que não repercutem negativamente no meio, além de fomentar a adoção de modos de vida compatíveis com a conservação da qualidade do mesmo.

Existem inúmeras possibilidades para difundir este tipo de informações. Qual a mais adequada e em que contexto? O sentido de disseminá-las é para que as pessoas as utilizem. Mas para tal, a informação precisa ter significado para elas, o que implica estar acessível cognitivamente e repercutir em seus valores e compreensão de mundo. A aprendizagem em questão, outra vez. O fomento a modos de vida que mantenham ou estabeleçam qualidade ambiental depende não apenas da aprendizagem mas novamente das barganhas político-econômicas. Há ainda, o aspecto cultural envolvido. Hábitos estranhos à comunidade não serão assimilados de fora pra dentro. É preciso tempo e muito trabalho conjunto para que isso seja possível.

- Mostrar com toda clareza as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos de todos os países podem ter conseqüências de alcance internacional. (UNESCO, 1980)<sup>2</sup>

A preocupação é básica. Sem o sentido de interdependência, toda a discussão ambiental fica muito etérea, insubstancial e pouco convincente. Mas se de um lado é preciso *mostrar* esta interdependência, por outro, é indispensável que ela seja vista e entendida. Insistimos: não são ações desvinculadas, emissor e receptor. Se o “emissor” tem interesse em que sua mensagem seja apreendida, deve conhecer o mais profundamente possível a natureza do “receptor”, e pensar em maneiras de adequar a mensagem a ele. Porém é mais do que isso. A interação humana está sempre cheia de variáveis. No mínimo, aspectos emocionais, corporais, culturais e sociais permeiam toda comunicação. Com esse alerta queremos apenas lembrar a complexidade da tarefa da educação ambiental. Sem considerar estes pressupostos, apesar da boa intenção, os projetos podem ficar comprometidos. É possível que existam bons projetos e resultados, desenvolvidos

---

<sup>2</sup> Tradução livre da versão original em espanhol.

a partir da intuição, porque ela também faz parte das estruturas de aprendizagem. Mas se pudermos conjugar intuição e conhecimento objetivo, provavelmente teremos atuações mais amplas.

Ao formular estas diretrizes/ finalidades da EA, a expectativa girou em torno de uma prática educativa *unificada* em todos os níveis da educação formal e não formal. Seu resultado seria o desenvolvimento da atitude de recolher, analisar, sintetizar, comunicar e avaliar os conhecimentos existentes sobre o meio ambiente, garantindo uma participação ativa das pessoas na formulação de soluções aplicáveis aos problemas ambientais. Em poucas palavras, pretende-se que o comportamento dos sujeitos seja engajado, pró-ativo, crítico e fundamentado.

Para alcançar tais ambições, a EA tem buscado influenciar a política educacional de cada país. No Brasil, ela ganhou corpo com a lei 9795/99, que a instituiu. Esta educação é marcada pelas seguintes características, válidas na Declaração de Tbilisi e também na lei brasileira:

- enfoque orientado para a resolução de problemas;
- abordagem interdisciplinar;
- integração da educação na comunidade;
- caráter permanente, voltada para o futuro (deve absorver as mudanças e se reconstruir permanentemente, visando à qualidade de vida).

Por tudo isso, a EA exige uma atualização permanente. Não é à toa que a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos) recomenda que se atualizar seja direito do professor e dever de sua profissão (Carvalho e Gil Pérez, 2000). Em seus levantamentos, a Organização verificou que professores de Ciências e Matemática pouco o fazem. Se em disciplinas isso já é imprescindível, calcule-se em EA, que tem por característica ser essencialmente interdisciplinar.

Apresentada a educação ambiental de que estamos tratando neste trabalho e nossa preocupação com o entendimento de processos cognitivos que ajudem a viabilizá-la, traçaremos um breve perfil da pesquisa. Antes, lembramos que a perspectiva de ambiente utilizada por nós na pesquisa está de acordo com Leff (2002). Assim, o ambiente

“não é o meio que circunda as espécies e as populações biológicas; é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, bem como por novos potenciais produtivos. Neste sentido, o ambiente do sistema econômico está constituído pelas condições ecológicas de produtividade e regeneração dos recursos naturais, bem como pelas leis termodinâmicas de degradação de matéria e energia no processo produtivo. O ambiente estabelece potenciais e limites às formas e ritmos de exploração dos recursos, condicionando os processos de valorização, acumulação e reprodução do capital.” (Leff, 2002: p.160)

A escolha de jornalistas e professores está ligada ao papel pedagógico (Fischer, 1997) que desempenham em nossa sociedade, tanto na renovação de valores e modos de interpretar o mundo como na reprodução dos costumes e da moral. Ademais, segundo Tavares (2003), a informação ambiental contribui para a mudança de condutas e comportamentos, sendo fundamental para a preservação ambiental. A autora, apoiada em Barreto, qualifica a informação como um

“instrumento modificador da consciência do homem e seu grupo social, e [ela] mantém uma relação com o conhecimento, que por sua vez, só se realiza quando a informação é percebida e aceita como tal.” (idem: p.29)

Ora, se a informação exerce esse papel, importa saber que filtros podem atuar no momento de selecionar sua disponibilização. Um deles, escolhido para este estudo, é o processo de representar.

Usamos “informação” no sentido dado por Barreto (1999, citado por Tavares, 2003: p.38): “estruturas significantes com a competência e intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade.” Ou seja, informação não é algo casual, seus produtores a fazem deliberada e intencionalmente. Aquilo que demanda deliberação, isto é, decisão, apóia-se nos valores do indivíduo.

Portanto, este será um dos fatores a interferir na produção e seleção tanto da notícia, como do assunto da aula. Contudo, há ainda uma dimensão inconsciente neste processo, onde entra o representar. De certa forma, estaremos estudando aspectos inconscientes e aspectos conscientes do relacionamento de jornalistas e professores com o ambiente.

Os usuários da informação buscam-na em fontes diversas, conforme suas necessidades. Tavares cita duas principais: os contatos informais com colegas e amigos e os meios de comunicação de massa,



“que atuam como formadores de opinião, educadores e mobilizadores da sociedade para a temática ambiental veiculando informações atualizadas porém simplificando a percepção dos complexos fenômenos naturais.” (ibidem: p.34)

Este fato aumenta a relevância da pesquisa, sobretudo porque estudar as representações pode ajudar a compreender de que modo é promovida esta simplificação. Ao compartilhar nossos achados, esperamos contribuir para qualificar o trabalho de jornalistas e professores, cujo objetivo seja ser útil ao planeta.

Reforça nossa opção por estes atores o uso constante que os professores fazem de reportagens e conteúdos da mídia (confirmado por esta pesquisa), inclusive ao tratar da questão ambiental. Isto sugere que suas representações de ambiente se assemelhem.

Representação social é uma categoria em construção. Normalmente identifica a interpretação coletiva a respeito de um tema, construída com base em aspectos culturais e pessoais. Segundo Japiassu e Marcondes (1991), representar é uma operação

“pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma idéia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, estabelecendo assim a relação entre a consciência e o real.” (idem, p.213)

Se é uma construção identificada no coletivo, por que então pesquisar apenas uma parcela dos jornalistas e professores, quais sejam, educadores ambientais e ecojornalistas (ou jornalistas ambientais)? Pensamos que eles se distinguem, em certa medida, do “padrão” do grupo profissional como um todo, em razão do recorte ambiental de sua abordagem e do que isso lhes demanda. Ambos os grupos, neste caso, possuem um “a mais”: a perspectiva ambiental. Ao mesmo tempo, nos interessa estudar perfis de liderança no âmbito dessa questão – já que suas vozes ressoarão mais, chegando a um número maior de pessoas.

Mas, poderia objetar o leitor, se eles lidam com a questão ambiental no cotidiano, não se servirão de representações mas de conceitos. Ocorre que, na prática, nem sempre há uma fundamentação conceitual para iniciativas como o jornalismo ambiental e a EA. Há sim um interesse pelo tema, algum modo de sensibilização, um compromisso individual.

Utilizamos “representações” no sentido dado por Moscovici e autores que nele se apóiam:

“as representações são menos criações mentais que têm efeitos sociais do que criações sociais que são fundamentadas através da via mental e, portanto, se tornam reais. (...) Depois que as representações sofreram esta lenta elaboração, o domínio delas se torna considerável, porque não são mais distinguidas do mundo da experiência coletiva que as reifica. (...) Tudo acontece como se a massa mental em circulação conformasse os valores, os comportamentos, as linguagens, as qualidades pessoais, e os associasse em um conjunto onde cada célula sustenta e completa a outra. Um conjunto cuja realidade passa a se assemelhar a sua imagem, e por isso os homens se apossam dela.” (Moscovici, 1990: p.259)

Em apoio a esta visão de inter-relação e mútua influência geradora entre sociedade e indivíduo, recorreremos a Zaia Brandão (2002), que, discutindo sobre a tensão objetivismo/ subjetivismo, agentes/ estruturas – terreno espinhoso da sociologia – afirma a tendência atual dessas oposições serem superadas pelas novas sociologias, cuja posição é defender que o

“coletivo é individual e que os níveis microssociais constroem gradativamente padrões de ações e representações que se consubstanciam em estruturas de níveis macrossociais. Essas novas sociologias propõem perspectivas teóricas que podem elucidar tanto os processos que vão das estruturas sociais às interações, como os que vão das interações às estruturas sociais.”

Esperamos, com este trabalho, contribuir para maior contextualização histórica, biológica e psicológica no tocante à questão ambiental, favorecendo práticas educativas e informativas mais fundamentadas, integradas e eficientes. Passo fundamental na jornada rumo à construção de sociedades sustentáveis, onde todos os seres sejam respeitados e a qualidade de vida inclua o sentir, o pensar e o fazer como uma só unidade.